



Habitação é desafio

Desabrigados pelas chuvas e residentes em áreas precárias esperam solução; prefeitura empurra problema para o governo federal

KATHERINE FUNKE

O endereço deles continua a ser Avenida Pastora, como informa a placa da ruela de barro localizada próximo à descida para a Baixa da Água, no bairro do Engenho Velho da Federação, em Salvador. Mas desde a tragédia do último aniversário da cidade, quando duas pessoas morreram soterradas, a família Pastora mora de favor em duas casas de parcas dimensões, vizinhas aos escombros. Dormem amassados uns sobre os outros e não vêem a hora de poder ter a casa própria de novo.

"Papai lutou muito para ter isso daqui — explica a desempregada Irene, 43 anos — e não vamos sair mesmo, porque é propriedade nossa". Em pé ao lado dela, o irmão Paulo Sérgio, 34, pai do menino de 7 anos que morreu, concorda. Os R\$ 100 que cada um dos seis irmãos recebe de auxílio-moradia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes) não são suficientes para pagar aluguel em local "decente" na área, diz.

O dinheiro vira comida. E por enquanto a família Pastora continua a esperar o dia de ter de volta uma casa. Com as chuvas deste ano, 1.436 famílias desabrigadas passaram a receber o benefício da Sedes. Outras 300 famílias, moradoras de rua, ganham o mesmo valor. O benefício é temporário, com possibilidade de renovação por três meses, e vem dos cofres municipais.

O secretário Carlos Ribeiro Soares, titular da Sedes, admite que o valor é baixo. "Você não sabe como fico angustiado e sentido de não poder pagar mais", afirma. Mas, mesmo que pagasse um auxílio-moradia mais alto, será que alugar casas temporariamente solucionaria a vida da população de baixa renda que ocupa 70% da capital com maior densidade demográfica do País?

Autora de uma tese de doutorado que dissecou a segregação e exclusão urbanas de Salvador, a arquiteta Ângela Gordilho, titular da Secretaria Municipal da Habitação (Sehab),

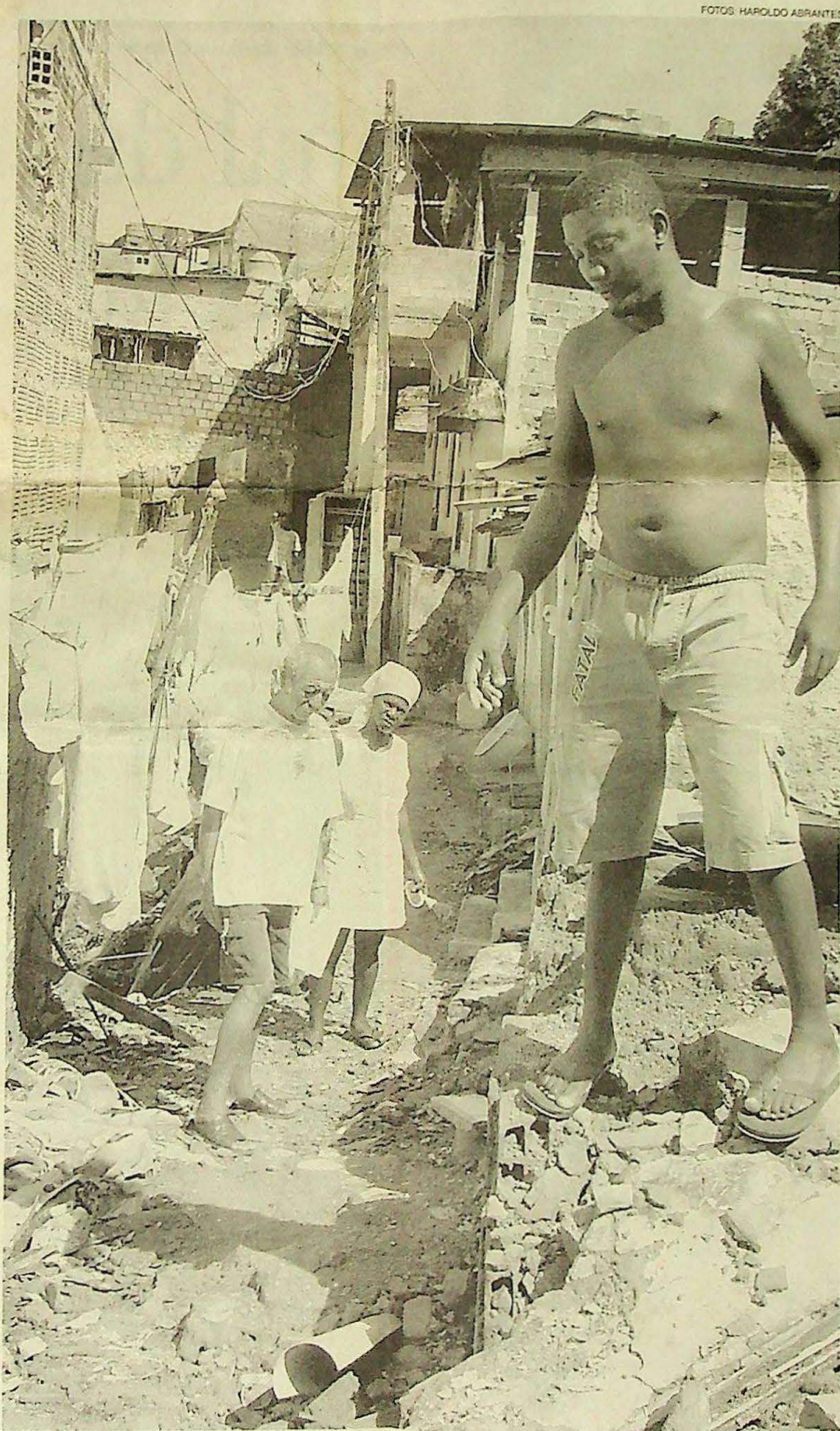
sabe que a resposta é não. Pois, além do auxílio emergencial, é preciso uma política habitacional que trace mudanças a médio e longo prazos.

VERTICALIZAÇÃO — A política habitacional traçada pela prefeitura para os próximos anos tem como uma das diretrizes a verticalização de grau leve, ou seja, a construção de prédios populares com dois a três pavimentos. "Glebas vazias não existem mais. Infelizmente, hoje, as casas com somente um pavimento não correspondem à demanda", explica a secretária. O baixo número de pavimentos evita custos altos de manutenção de condomínio e proporciona, ao mesmo tempo, o aproveitamento do espaço. Além da construção de novas moradias, a melhoria física das já existentes também é apontada pelos especialistas como necessária.

Mas projetos como esses dependem de verbas federais, do Ministério das Cidades. Ainda não há confirmação de liberação de recursos para verticalização. "Estamos trabalhando a todo vapor para buscá-los", garante Gordilho.

Há quem já esteja cansado de aguardar o processo burocrático de liberação de verbas, como o eletrotécnico Pedro Cardoso, um dos líderes do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB). "O processo é tão lento, tão lento, que no governo Lula nenhuma família recebeu casa", reclama, "mas isso não é só em Salvador, é em todo lugar". O movimento hoje tem 26 mil inscritos e 19 ocupações na capital. Algumas delas, em situação bastante precária, como o acampamento do km-12 da Estrada Velha do Aeroporto, que fundou o MSTB em agosto de 2003. Lá, 207 famílias vivem em barracos de plástico e madeira, ainda confiantes de que o esforço vai chamar a atenção dos poderes públicos.

E, na próxima semana, os sem-teto prometem uma nova ocupação, para suprir a demanda gerada pela reintegração de posse de duas áreas e pela integração aos acampamentos de famílias que ficaram desabrigadas nas últimas chuvas.



Paulo Sérgio Pastora dos Santos, pai do menino de 7 anos que morreu soterrado

FOTOS: HAROLDO ASBRANTES

RESPONSABILIDADES

O papel de cada nível de governo

PREFEITURA

Secretaria Municipal de Habitação

■ O QUE FAZ: Planeja e executa projetos de habitação, mas depende de recursos federais. Também trabalha na regularização fundiária, isto é, na legalização de ocupação de lotes.

■ NO MOMENTO: Aguarda liberação de verbas do Ministério das Cidades para projetos de construção de moradias enviados nos últimos meses. Vai tentar, por exemplo, intermediar o envio de subsídio de R\$ 10 mil por família para construção de moradias. Pretende implantar projetos de verticalização (casas com mais de um pavimento) para dar conta da demanda reprimida.

■ ORÇAMENTO: 1,12% do orçamento municipal deste ano. São R\$ 9.370.000, aplicados também no funcionamento da Companhia de Defesa Civil de Salvador (Codesal). Para executar projetos, a secretaria trabalha com recursos federais.

UNIÃO

Ministério das Cidades

■ O QUE FAZ: Responsável pelas diretrizes da política nacional de habitação. Libera recursos da União para os municípios, em programas direcionados à construção ou melhoria habitacional.

■ NO MOMENTO: Para Salvador, liberou este ano R\$16.184.000, para beneficiar 1.563 famílias, pelo programa Crédito Solidário. O dinheiro ainda não foi depositado porque está na fase de entrega e avaliação de documentação para a Caixa Econômica Federal, que é o agente financiador. Outras solicitações da capital receberão resposta sobre liberação de verbas em 15 de junho.

■ ORÇAMENTO: Tem estimativa de investir R\$ 10 bilhões este ano, com recursos da União, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird). Desse total, apenas R\$ 869 milhões são dos cofres federais.

ESTADO

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER

■ O QUE FAZ: Responsável pela execução de projetos de melhoria e construção de habitações em todo o Estado, o órgão intermedeia a aplicação de investimentos de instituições financeiras internacionais.

■ NO MOMENTO: O órgão, procurado por A TARDE, não informou quais as ações que estão em andamento

A maioria da população de baixa renda constrói a própria residência

A autoconstrução, isto é, a construção de uma casa pelo próprio morador, é a forma usada por 60% dos habitantes em Salvador, especialmente em áreas de baixa renda. Mas do jeito como é feita hoje — aos poucos e sem auxílio técnico especializado —, acaba tornando-se cara e arriscada.

A avaliação é da doutora em arquitetura Débora Nunes, professora da Universidade do Estado da Bahia (Unecb) e da Universidade Salvador (Unifacs). Nesta última, coordena o Escritório Público de Arquitetura e Engenharia (Epae), que presta serviço gratuito de auxílio técnico para moradores de baixa renda.

O escritório fez tanto sucesso que hoje tem fila de mais de 100 pessoas à espera de atenção dos dois arquitetos e do engenheiro que coordenam a equipe de estagiários. Os resultados melhoram a qualidade de vida de quem mora em habitações precárias. "As ve-

zes, basta mudar de lugar uma janela para a casa ter mais ventilação e luz", simplifica Nunes.

Ela é uma das defensoras da criação de um serviço público de arquitetura e engenharia, oferecido nos mesmos moldes da Defensoria Pública e bancado com recursos federais. O projeto foi enviado ao governo federal no início do ano e grupos de engenheiros e arquitetos pressionam o Congresso Nacional para que vire projeto de lei.

A falta de assessoria técnica pode provocar desde riscos graves aos moradores — como falta de fundação ou estrutura — até problemas ambientais. Isto porque parte das casas em áreas de baixa renda não segue parâmetros de ocupação do solo: não deixa espaço para o escoamento e a drenagem, por exemplo. Algumas também carecem de sanitários ou, quando têm, precisam de esgotamento.

CRÉDITO — O acesso ao crédito fácil, com juros baixos e financiamento a longo prazo, também é essencial para melhorar a qualidade técnica das habitações. Débora Nunes explica: "Se o morador tiver recursos para construir tudo de uma vez, poderá comprar materiais de mais qualidade e mais barato. Hoje, ele compra aos poucos, conforme pode".

Contudo, falta "sensibilidade aos burocratas", na avaliação da arquiteta. "Os financiadores exigem uma série de documentação que o povo não tem. Pedem escritura do terreno, que quase ninguém tem, e pedem que a pessoa não esteja no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), e o povo de baixa renda vive lá", atesta.

Os projetos da Conder são voltados para pessoas na linha da extrema pobreza ou servidores estaduais. Parte dos outros programas habitacionais disponíveis, como o Programa de Arrenda-

mento Residencial (PAR), do governo federal, é voltada apenas para pessoas com renda superior a três salários mínimos.

Quem tenta comprar um apartamento financiado sem ter como pagar corre o risco de ganhar uma ordem de despejo. Moradora do Condomínio Jardim das Limeiras, em Pau da Lima, a professora aposentada Lúcia Maria Cruz Sazi, 58 anos, teme receber o documento a qualquer momento pelo correio.

Por falta de renda, ela deixou de pagar a prestação — que na época estava em R\$ 500 — há cerca de três anos. Naquele tempo, morava na casa de três andares em Pau da Lima, que teve de ser demolida em abril, durante fortes chuvas, por risco de desabamento.

Agora, a aposentada reside no apartamento junto com a filha, com medo de ser despejada e sem os R\$ 26 mil necessários para quitar a dívida com a Caixa Econômica Federal (CEF).

SAIBA MAIS

Salvador é a capital com maior densidade demográfica do País

2.631.831
habitantes em

324,5 km²

Déficit habitacional

■ Qualitativo

70%
dos moradores vivem em habitação precária. Eles se concentram em apenas **32%** da cidade

■ Quantitativo

faltam 100 mil casas,

80%

delas no setor mais pobre da cidade

FONTES: Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)